

Museu Paraense Emílio Coeldi
Universidade Federal do Pará
Fundação Cultural do Município de Belém



Simpósio Internacional Amazônia 500 anos

O V Centenário e o Novo Milênio:
lições de História e reflexões para uma nova era

Belém - Pará - Brasil
2000

Simpósio Internacional Amazônia 500 Anos
LIVRO DE RESUMOS

GOVERNO DO BRASIL

Presidência da República

Presidente - Fernando Henrique Cardoso

Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Ministro - Ronaldo Mota Sardenberg

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Presidente - Evando Mirra de Paula e Silva

Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG

Diretor - Peter Mann de Toledo

Diretor Adjunto de Pesquisa - David C. Oren

Diretor Adjunto de Difusão Científica - Antonio Carlos Lobo Soares

Comissão de Editoração - MPEG

Presidente - Lourdes Gonçalves Furtado

Editor Chefe - Iraneide Silva

Editor Assistente - Socorro Menezes

Editoração Eletrônica - Socorro Menzes, Hailton Santos e Andréa Pinheiro

Auxiliar Técnico - Williams Cordovil

| | |
|---|----|
| CO-EVOLUÇÃO DE HUMANOS E O AMBIENTE NA AMAZONIA Anna C. Roosevelt | 9 |
| A ECOLOGIA DO PODER: CULTURA, NATUREZA, E ECONOMIA POLÍTICA NA AMAZÔNIA AS VÉSPERAS DE CABRAL Michael Heckenberg | 10 |
| A GÊNESE DAS SOCIEDADES AMAZÔNICAS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO Marcos Pereira Magalhães | 12 |
| SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO NA AMAZÔNIA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS Vera Guapindaia | 13 |
| GRAFISMOS PRÉ-HISTÓRICOS: AS PINTURAS E GRAVURAS RUPESTRES NA AMAZÔNIA Edithe Pereira | 14 |
| DISTÂNCIA ENTRE INTENÇÃO E GESTO: O SISTEMA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. O DESCASO OFICIAL? Ubiratan Cazetta | 16 |
| RESISTÊNCIA E PERSPECTIVA INDÍGENA À CHEGADA DOS EUROPEUS Gersen dos Santos Luciano | 17 |
| ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO: CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DE UM PASSADO RECENTE Fernando Marques | 23 |
| MISSIONÁRIOS, ÍNDIOS, CAPITÃES E MORADORES: RELAÇÕES E CONFLITOS NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA Rafael Chambouleyron | 24 |
| AS FORÇAS POLÍTICAS NA CABANAGEM Vicente Salles | 25 |

| | |
|---|----|
| OS JUDEUS NA ECONOMIA DA REGIÃO AMAZÔNICA: UMA INTRODUÇÃO Roberto A. O. Santos | 26 |
| A TELA E O FATO: A INVENÇÃO MODERNA E A FUNDAÇÃO DO BRASIL PELA AMAZÔNIA Aldrin Moura de Figueiredo | 28 |
| CULTIVO DA SOJA COMO AMEAÇA PARA O MEIO AMBIENTE NA AMAZONIA BRASILEIRA Philip M. Fearnside | 29 |
| A COMPLEXIDADE DA GEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA Bertha K. Becher | 31 |
| A NOVA CONFIGURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E A PRESERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS: CONTRADIÇÕES E TENDÊNCIAS Philippe Léna | 33 |
| A FRONTEIRA AGRÍCOLA E A AMEAÇA À BIODIVERSIDADE Ima C.G.Vieira Rafael de Paiva Salomão | 36 |
| NEGROS E A AMAZÔNIA NOS 500 ANOS DO BRASIL Nilma Bentes | 37 |
| TERRAS DE PRETO E QUILOMBOLAS: MEMÓRIA E TERRITÓRIO Edna Castro | 39 |
| PATRIMÔNIO GENÉTICO E PROPRIEDADE INTELECTUAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA Darrell Addison Posey | 40 |
| AMAZÔNIA: TEM FUTURO O FUTURO? Lúcio Flávio Pinto | 42 |

| | |
|--|----|
| DA “COMUNIDADE AMAZÔNICA” À AMAZÔNIA DAS “COMUNIDADES”: QUESTÕES PARA UMA ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO Roberto Araújo | 43 |
| O QUE SERÁ DOS “ÍNDIOS ISOLADOS”? Louis Forline Jorge Pozzobon | 44 |
| REGIÃO DE CARAJÁS: PASSADO E FUTURO Maria Célia Nunes Coelho | 46 |
| DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS ÍNDIOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL Clemente Tembê | 47 |
| O FUTURO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA Denny Moore | 48 |
| BIODIVERSIDADE E O FUTURO DE AGRICULTURA NA AMAZÔNIA Nigel Smith | 50 |



CONTÉÚDO

Anna C. Roosevelt

Field Museum of Natural History
e University of Illinois, Chicago

CO-EVOLUÇÃO DE HUMANOS E O AMBIENTE NA AMAZONIA

Esta conferência traça a história de interação entre humanos e o meio ambiente na Amazônia cerca de 11.000 anos até a época histórica. O tema de apresentação é que a relação pré-histórica entre humanos e a floresta tropical representa um processo de co-evolução em que a cultura adapta a floresta e ao mesmo tempo a floresta adapta as culturas humanas. A autora desenha as mudanças na interação durante a seqüência de ocupações humanas de paleoíndios a culturas complexas pré-históricas e históricas. Esta seqüência de interação do longo prazo mostra também que as culturas humanas mais centralizadas e hierárquicas tem efeitos mais destrutivos para a integridade da floresta. As culturas civilizadas recentes com sedes fora da Amazônia têm ainda mais força para destruir recursos e comunidades bióticas, porque pode depender em recursos de outros lugares e desta maneira escapar dos limites a níveis de extração de recursos locais. Um futuro bom para a Amazônia vai precisar integrar no planejamento uma vista de longo prazo e participação das comunidades locais.

Michael Heckenberg

Universidade da Flórida/EUA

**A ECOLOGIA DO PÓDER: CULTURA, NATUREZA,
E ECONOMIA POLÍTICA NA AMAZÔNIA AS
VÊSPERAS DE CABRAL**

Pesquisas recentes em arqueologia e etnohistória em diversas áreas da Amazônia atestam que, antes da expansão da Europa no Novo Mundo, havia sociedades grandes e densamente povoadas, e muitas delas eram organizadas em organismos políticos hierárquicos e integrados regionalmente. Mas, presentemente, estamos mal aparelhados para avaliar a natureza ou a distribuição das “sociedades complexas” na Amazônia. A pergunta não é se havia “civilizações na Amazônia, mas como a complexidade sociopolítica se constituía nessas sociedades passadas vis-à-vis outras sociedades complexas ao redor do mundo, e como as sociedades antigas se comparam com as contemporâneas”. Em geral, as sociedades complexas da Amazônia são encaradas como uma mutação singular - restrita às várzeas amazônicas ou outras áreas que mostram características ecológicas especiais – uma mutação de um padrão geral igualitário, onipresente em todo o resto da Amazônia. No presente ensaio, discuto padrões etnográficos e arqueológicos do Alto Xingu, uma área que, embora bastante afastada da várzea amazônica, caracteriza por comunidades extensas e sedentárias, uma “ideologia de elite”, uma economia política desenvolvida e uma integração sociopolítica regional. Estas evidências são usadas para mostrar: (a) como um idioma hierarquizante, não de igualdade, permeia as relações sociais; (b) como os agentes sociais se transformam de maneira diferenciada (são construídos) com base na objetivação simbólica e ritual dessa hierarquia; e (c) como agentes “pesados”, aqueles capazes de acumular reservas de recursos simbólicos (um “fundo de

poder”), as transformam em capital econômico, na forma de riqueza e trabalho, proporcionando assim a base para uma economia verdadeiramente política. As evidências fornecem os meios para avaliar modelos gerais de evolução de estruturas sociopolíticas na Amazônia.

Marcos Pereira Magalhães

Museu Paraense Emílio Goeldi

A GÊNESE DAS SOCIEDADES AMAZÔNICAS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A evolução social humana tem se desenvolvido durante uma longa duração de tempo, na qual experiências práticas e sensíveis vêm gerando expressões culturais diversas, na espaço próprio das suas manifestações originais. Sendo assim, os processos de transformação material, cultural e político das sociedades amazônicas, antes da conquista européia, foram os frutos da reconstrução sucessiva de suas experiências precedentes. Mas, diferentemente do que ocorre na maior parte das interpretações sobre a evolução das culturas amazônicas, a sua natureza só pode ser explicada pela análise dos estágios elementares da organização social nativa. Ou seja, os estágios iniciais ou finais das relações humanas não são lineares e nem podem ser generalizados, porque as experiências que se sucedem são incessantemente reconstruídas pelas gerações, segundo o progresso original de suas transformações. As relações elementares nativas, conseqüentemente, desempenham papel relevante na seqüência da reorganização cultural e social posterior. Portanto, a explicação para as particularidades das sociedades amazônicas só pode ser encontrada na gênese da história delas. Entretanto, antes mesmo de tomarmos conhecimento das implicações científicas implícitas nestas hipóteses, o patrimônio arqueológico representado pelos vestígios materiais dessas antigas sociedades vem sofrendo severamente com o avanço da urbanização e, principalmente, com a implantação de grandes projetos econômicos

Vera Guapindaia

Museu Paraense Emílio Goeldi

O Museu Paraense Emílio Goeldi desde a década de 1960 vem trabalhando na questão do salvamentos de sítios arqueológicos ameaçados de destruição, seja pelos grandes projetos de impacto ambiental ou atividades de menor impacto. O trabalho aqui apresentado pretende mostrar a trajetória da área de arqueologia do MPEG, desde os anos 60 até hoje, no que concerne ao salvamentos de sítios arqueológicos na Amazônia, abordando os problemas enfrentados e as novas perspectivas que surgiram nos últimos anos.

Edithe Pereira

Museu Paraense Emílio Goeldi

Arte rupestre é a denominação genérica dada aos desenhos elaborados na superfície das rochas através das técnicas de pintura ou gravação. No Brasil, esta forma de expressão cultural dos povos pré-históricos existe de norte a sul do país. No entanto, na Amazônia, apesar de serem conhecidas e objeto de muita curiosidade, as pinturas e gravuras rupestres são pouco estudadas.

A grande maioria dos conjuntos com arte rupestre na Amazônia são conhecidos através das informações deixadas por viajantes e religiosos dos primeiros séculos da conquista, pelos naturalistas-viajantes do século XIX e por diversos estudiosos que percorreram a Amazônia desde o início deste século. Paradoxalmente, as pesquisas arqueológicas sistemáticas - desenvolvidas na região a partir da década de 1950 - registraram um número bastante reduzido de sítios com este tipo de vestígio. Este fato explica-se pelo direcionamento teórico que conduziu as pesquisas e que privilegiou a cerâmica como o principal indicador arqueológico para a construção de seqüências culturais.

Esta opção de pesquisa gerou um desequilíbrio no nível de informação entre a cerâmica e a arte rupestre da região, o que implicou em um conhecimento ainda mais fragmentado da pré-história. Por este motivo, desde 1990 direcionamos nosso trabalho para o estudo das pinturas e gravuras rupestres na Amazônia, particularmente no Estado do Pará, com objetivo de estudá-las in situ e sob uma perspectiva arqueológica de forma a inseri-las como uma das variáveis analíticas na construção da pré-história amazônica.

Ao mesmo tempo que este estudo desvendava a riqueza de informações que os sítios com arte rupestre traziam para a pré-histórica da região, deparava-se, também, com graves problemas relacionados com a preservação destes sítios. Esta comunicação apresentará, de forma sintética, os resultados da pesquisa, bem como os problemas relacionados com a preservação e o turismo indiscriminado em sítios com arte rupestre no Pará.

Ubiratan Cazetta

Procurador da República

**DISTÂNCIA ENTRE INTENÇÃO E GESTO:
O SISTEMA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO. O DESCASO OFICIAL?**

Embora dispondo de uma antiga legislação protetora do patrimônio histórico, que, de certa forma, contempla adequadamente os sítios arqueológicos, nota-se, com frequência, o desmantelamento das estruturas administrativas encarregadas de tal proteção. A proteção jurídica, então, passa a representar mera previsão teórica, divorciada de uma efetividade concreta, por falta de mecanismos de implementação e de controle. Ao lado desta realidade, o próprio Estado brasileiro, em seus diversos níveis administrativos, desenvolve atividades intensamente impactantes, sem que se contemple a necessidade de proteção ao patrimônio histórico. Exemplos marcantes desta realidade são os “grandes projetos”, sempre envolvidos em fortes estratégias de propaganda institucional, mas que, especialmente em seus estudos prévios de impactos ambientais, desconsideram o componente histórico-cultural das áreas atingidas (vide, p.ex., a situação das hidrovias do Marajó e Araguaia-Tocantins). Propaga o Estado, assim, a cultura da destruição e do desrespeito, denotando absoluta distância entre intenção e gesto.”

Gersen dos Santos Luciano

Baniwa

RESISTÊNCIA E PERSPECTIVA INDÍGENA À CHEGADA DOS EUROPEUS

Para compreender um pouco mais a respeito do que os índios pensam sobre o Aniversário dos 500 anos de conquista das terras indígenas brasileiras pelos portugueses, é importante ter em mente que a história dos índios não começa em 22 de abril de 1500, mas desde a criação do mundo, de acordo com a mitologia de cada povo. Imaginemos o que significa 500 anos na história de milhares e milhares de anos dos povos indígenas brasileiros, comprovada inclusive pelas novas descobertas arqueológicas e antropológicas.

É possível também imaginar qual a reação e interpretação dos índios quando da chegada dos brancos em suas praias e aldeias com costumes, hábitos e vícios tão estranhos, sedutores e alguns até proféticos, principalmente se considerarmos as bases mitológicas, sociais, culturais e políticas desses povos.

O fato é que essas diferenças tão profundas produziram um conflito cultural e político muito grande com predomínio marcante dos invasores graças ao poderio militar e estratégias sofisticadas de guerra, conquista e dominação, não conhecidas até então pelos índios, dentre os quais as de cooptação, de ideologização, de doutrinação, de traição, de promessas, etc. Muitos pensam que o diferencial decisivo tenha sido a supremacia militar, nosso entendimento é que não foi, mas sim, as estratégias de pacificação religiosa e de cooptação que dividiu os índios. Conceitos de prometer e não cumprir, iludir, cooptar, não faziam parte do vocabulário indígena. Muitos povos foram utilizados enquanto interessava.

como instrumentos de dominação de outros povos tidos como mais “rebeldes”, na verdade, eram mais resistentes.

É assim que começa a história da resistência indígena, caracterizado até hoje pelo enfrentamento dos mesmo elementos gerados pelo conflito pós-invasão européia: as estratégias, de conquista e dominação.

Numa rápida análise histórica da tragédia indígena do pós-contato, me parece que não interessa muito a questão das perdas quantitativas e dos fatos enquanto tais. O mais importante é procurar entender o que aconteceu, porque aconteceu e o que pode ser feito para mudar o rumo da história, isto é, que projeto podemos construir a partir de agora aprendendo com as lições do passado, para evitar novas tragédias aos povos indígenas. Para isso é necessário repensar e reelaborar uma perspectiva histórica e coletiva viável, dentro do mundo que se tornou pequeno, mas tão distante entre os povos. O projeto de futuro dos povos indígenas não é somente uma necessidade, é condição de existência e resistência étnica capaz de dar conta dos principais elementos que garantem e sustentam a base espiritual, social, cultural, político e econômico desses povos: afirmação da identidade, a valorização das tradições dos valores sociais, o exercício e ampliação dos conhecimentos tradicionais, a prática da religião tradicional inteligível e humana, a relação respeitosa e de mútua colaboração com o meio ambiente natural, as relações de equidade social que garantem a inexistência de órfãos, crianças abandonadas. Idosos sem amparo dos filhos, mendigos, e tantos outros produtos dos contra-valores. das sociedades ocidentais.

O grande desafio é que tais princípios e pressupostos básicos de etnicidade indígena contrastam e se opõem às bases sociais da sociedade envolvente, ou melhor sendo das estruturas sociais do mundo ocidental, ocidentalizada e globalizada.

Do ponto de vista indígena essa oposição de princípios e valores tem sido o responsável pelos violentos conflitos históricos durante todo o processo de ocupação do Brasil e em particular da Amazônia envolvendo índios e brancos colonizadores, que resultou em uma das maiores tragédias da humanidade dos últimos quinhentos anos. Tragédia porque povos inteiros foram massacrados escravizados em suas próprias terras e extintos: milhões e milhões de índios foram varridos da face da terra sob as mais variadas formas de violência e morte não por força da natureza, mas por absurda ambição e ganância humana, da qual, todos os colonizadores (governos, igrejas e sociedades ocidentais) são responsáveis.

E os índios de hoje? Aonde e como ficam nessa história? Ou melhor, o que nós índios de hoje temos a ver com essa triste história recente e às vezes nos dá impressão de que em alguns momentos parece ser tão atual?

A grosso modo, poderíamos responder mediatamente que “somos exatamente produto necessário para contar essa história”. Não é mentira, é verdadeiro. Ainda bem que não é para os índios, e sim para os próprios continuadores da colonização. Por isso é que em muitos casos é tão verdadeiro e atual. Basta ver como pensam e como agem os políticos, os missionários, os militares e o cidadão comum da sociedade branca.

Nós índios não podemos e não devemos de forma alguma, concordar muito menos permitir que essas concepções perpetuem.

Primeiro porque sabemos que não são verdadeiras. Nós somos os primeiros habitantes dessas terras e nossa garantia e certeza de vitória e reconquista da nossa dignidade são as nossas riquezas de experiências e conhecimentos milenares. Quanta paz, quanta tranquilidade, quanta fartura, quanta beleza e sabedoria desfrutavam nossos antepassados antes da invasão. Tudo isso deve guiar nossos passos e projetos presentes e futuros.

Por um lado, aprofundar os 500 anos de negação, de escravidão e morte, reconhecendo o impacto forte e irreversível que sofremos ao longo destes cinco séculos que provocou muitas mortes causadas por epidemias, resgates, apresamentos de escravos, guerras, massacres levando muitos à “famosas correrias e fugas”. Mais recentemente, os índios defrontaram-se com novas formas de penetração e colonização ocidental: comércio mercantil, programas governamentais de “civilização e catequese” e novas missões religiosas. Dentre estas formas, a igreja e a escola assumem papel de destaque neste processo. Tem sido assim ao longo dos 500 anos para dominar, descaracterizar, desestruturar esses povos. Por que não podem se tornar daqui para frente em mecanismos de reconstrução das identidades indígenas, das culturas, das tradições, dos valores e dos saberes tradicionais desses povos.

Por outro lado somos sim produto dessa história, não para contar, mas para mudar o rumo dessa vergonhosa história da civilização humana. É este o desafio de todos, índios.

Neste sentido, passos importantes estão sendo dados pelos índios. De norte a sul do país e do continente americano estão reafirmando e retomando pra valer suas identidades étnicas, seus projetos coletivos de futuro, através da participação política e cidadã dentro dos estados e sociedades nacionais.

Essa nova postura dos povos indígenas indica perspectivas muito otimistas para o futuro da humanidade, encerrando de vez as idéias fatídicas de muitos políticos e militares que consideram os índios como povos fadados a extinção. Este novo processo se reveste de novas estratégias indígenas aprendidas e adquiridas a partir das próprias experiências dos 500 anos de conflito, dominação e discriminação. Dentre as mais importantes são:

- Interação social: aprender a viver interagindo equilibradamente com outros povos, sociedades, fortalecendo parcerias e alianças com setores igualmente marginalizados.
- Superação das diferenças tribais reconhecendo e vivendo essas diferenças, através de projetos coletivos de luta por objetivos e interesses comuns (comunidades e organizações);
- Retomada e consolidação de projetos socioculturais coletivos baseados em autonomia, sustentabilidade e identidade própria; Os projetos são elaborados e reinterpretados a partir da realidade do pós-contato, como mecanismo de superação das seqüelas e sintomas do processo.

- Consolidação de projetos políticos a partir da participação nas estruturas políticas do Estado Brasileiro para garantir espaços e efetivação de decisões em benefício dos índios e de seus projetos coletivos de existência e resistência étnica.
- Minha conclusão é de que, embora os índios ainda sofram muita discriminação e certa perseguição étnica aliados a outros males internos dos povos impostos pelo processo de colonização (auto-discriminação, auto-negação da identidade), os índios hoje, têm consciência e mecanismos suficientes para superar a era negra da colonização e construir um novo espaço e tempo presente e futuro para a perpetuação étnica e cidadão dentro dos estados e das sociedades contemporâneas e ainda contribuir significativamente para melhorar o performance ético, social, cultural político e econômico da humanidade.

Fernando Marques

Museu Paraense Emílio Goeldi

O estudo de sítios históricos localizados em Belém e proximidades tem resultado no resgate de informações arqueológicas, praticamente desconhecidas da sociedade nos dias atuais, e que tem contribuído para a compreensão de parte do processo histórico ocorrido na Amazônia decorrente da colonização europeia.

Em levantamentos arqueológicos realizados nos rios vizinhos à cidade, localizou-se sítios de engenhos remanescentes do período colonial, que apresentam ainda estruturas das antigas habitações, fábricas e dos sistemas motrizes. Particularmente, a interpretação destas obras levou a uma descoberta curiosa: o uso de maré como fonte de energia empregada para girar as moendas. Estas conclusões têm subsidiado um projeto de reutilização da técnica para gerar eletricidade em pequenas comunidades no estuário, desenvolvido pela UFPa na ilha do Combu.

Por outro lado, a execução de estudos de arqueologia urbana dentro de Belém tem oportunizado a localização de vestígios materiais indicadores das várias fases do processo de formação da cidade, e que se encontravam inteiramente ocultas da sociedade. As pesquisas realizadas nos espaços do centro histórico, que têm revelado a associação de objetos característicos da cultura indígena e/ou cabocla com objetos de origem europeia, bem como a localização de alicerces de construções já desaparecidas, têm sido determinantes para implementação de medidas de preservação de memória histórica local.

Rafael Chambouleyron

Universidade Federal do Pará/Departamento de História

MISSIONÁRIOS, ÍNDIOS, CAPITÃES E MORADORES: RELAÇÕES E CONFLITOS NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA

A partir de um fragmento da história de Antônio Marapirão, “índio principal do Maranhão”, pode-se reconstituir uma rede de relações que articulava, aproximando, mas também confrontando, os diversos grupos que compunham a sociedade portuguesa nas conquistas do Maranhão e Grão Pará. A história de Marapirão e os caminhos que ela nos permite retratar revelam, assim, o papel que cada uma dessas personagens construía para si e para os outros nas conquistas, principalmente, em torno da presença e missão dos padres da Companhia de Jesus na região. De fato, a atuação dos jesuítas é significativa para entender como a sua inserção nesse mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XVII, interfere reordenando as relações entre os diversos sujeitos que construía um novo mundo na Amazônia.

Vicente Salles

Universidade Federal do Pará

O Grão-Pará, país das Amazonas, é produto do saque e da violência. Formou-se mediante a submissão do índio, primitivo dono da terra, e do negro, mão-de-obra que fez – e faz – a riqueza e o ócio dos donos do poder. A terra era muita para poucos contemplados.

O outro Brasil, com a assistência do poder instalado hoje em Brasília, guarda muita ignorância do país das Amazonas, ou Estado do Maranhão e Grão-Pará, criado em Lisboa na época da conquista e imposição do modelo europeu de cultura, com a inevitável obediência, na época, aos fatores naturais.

O Brasil amazônico, espoliado de suas riquezas e de sua memória, foi forçado a se integrar ao outro Brasil, rico e dominador, por atos de extrema violência: o genocídio do índio, o massacre de duas e meia centenas de patriotas nos porões do brigue Palhaço”, 40 mil mortos na Guerra dos Cabanos, ignomínia do Corpo de Trabalhadores – resultando da derrota dos cabanos -, o homem sem terra e sem outros haveres reduzidos pelo Estado brasileiro à condição de servo da gleba.

Heranças desse passado: analfabetismo, miséria e fome. Assim sempre foi fácil dominar.

Roberto A. O. Santos

Universidade Federal do Pará

**OS JUDEUS NA ECONOMIA DA REGIÃO
AMAZÔNICA: UMA INTRODUÇÃO**

Um grupo de imigrantes sefaraditas que já superara a condição de “povo pária” (Weber) – graças inclusive à progressiva liberalização religiosa – chega à Amazônia entre 1810 e 1820 e seu contingente aumenta nos cem anos seguintes. Apesar do caráter tentativo e provisório deste texto, arrisca-se a hipótese de quatro etapas de evolução econômica do grupo. Na etapa de “acumulação pioneira” (1810-1885), empenham-se os hebreus firmemente no comércio de produtos regionais, ganhando os rios e igarapés para concentrar-se no interior, promovendo a realocação de atividades e trazendo novo dinamismo à rede do “aviamento”. A atividade predominante foi a de regatão, mas a de comerciante sedentário se seguiu, como também a de seringalista. A taxa de lucros (+ juros) no período parece ter sido bastante elevada. O ritmo da assimilação cultural também. Na etapa do “apogeu empresarial” (1885-1920), o grupo logrou atingir níveis relativamente altos de capital. Há judeus prósperos no setor primário (seringalistas e até “coronel de barranco”), no setor de serviços e na pequena indústria, talvez na área bancária (a confirmar). Os judeus ricos são incorporados à elite dominante. Boa parte do capital está imobilizada em propriedades rurais, onde ficam as matas ricas em borracha; outra parte nos estoques e giro que alimentam os fluxos do “aviamento”. Todo o sistema segue muito dependente da demanda e do preço externos da borracha. Ainda nessa etapa do desastre geral sobrevêm com o colapso dos preços da borracha no mundo. Mas foi na etapa da “queda” (1920-1950), que se percebeu a impossibilidade de os judeus se recomporem do golpe

econômico abatido sobre todo o sistema. Seringais de judeus são vendidos para pagar dívidas; alguns estabelecimentos tentam a mudança de ramo (madeiras, castanha), mas quando as dificuldades se avolumam, eles fecham e a diáspora se inicia: várias famílias judias partem da Amazônia, enquanto as que estavam nos inúmeros sítios, glebas, vilas e cidades do interior vêm para Belém e Manaus em busca de oportunidades, que porém são escassas. Na etapa da “expectativa ou transição” (1950-2000), os judeus adotam três direções quanto à economia regional: um grupo se dirige firmemente para as profissões liberais ou o serviço público e buscam as universidades para qualificar-se. Outros, já de grau universitário ou não, mudam-se para centros urbanos maiores (Rio, São Paulo, países estrangeiros). Enquanto isto, a assimilação cultural dos judeus prosseguiu. Um terceiro grupo permanece na atividade empresarial.

Aldrin Moura de Figueiredo

Universidade Federal do Pará/Departamento de História

Nas primeiras décadas do século XX, tornaram-se mais evidentes os interesses e projetos políticos de alguns segmentos da intelectualidade amazônica (e, em certa medida, brasileira) em tentar definir uma “nova” interpretação da história do Brasil, na qual a Amazônia passaria a ocupar o epicentro dos debates em torno do que seria a nossa moderna identidade nacional. Não se tratava mais de colocar a região apenas como arquétipo de uma pretensa síntese cultural do país (como foi excessivamente tratada pelas principais linhagens do modernismo brasileiro dos anos 20), mas também como parte integrante das contendas políticas nas quais os literatos locais ambicionavam participar ativamente, dialogando com várias outras tendências estranhas ao universo amazônico. Tomando como ponto de partida um primeiro momento de crítica aos valores artísticos e intelectuais oitocentistas, pretendo analisar o projeto historiográfico de Theodoro Braga, tanto no campo pictórico – em algumas de suas mais conhecidas telas históricas – como na exposição de uma larga produção escrita sobre a história da Amazônia, ambos integrantes de uma “nova” leitura sobre o passado colonial da região e do país como um todo. A passagem do século XIX para o XX foi assim (como hoje também) característica da redescoberta desses primeiros tempos de um enlace conflituoso entre o Velho e Novo Mundo, exposta em algumas das principais efemérides veiculadas à época – 1892 (descoberta da América), 1900 (descoberta do Brasil), 1916 (fundação de Belém) –, sob a pena interessada desses literatos em questão.

Philip M. Fearnside

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

A soja representa uma recente e poderosa ameaça à biodiversidade tropical no Brasil. O desenvolvimento de estratégias efetivas para conter e minimizar o dano ambiental desta cultura exigem a compreensão tanto das forças que empurram o avanço da soja e dos muitos modos através dos quais a soja e a infra-estrutura associada a ela catalisem processos destrutivos. A expansão da soja é propulsada por forças de mercado globais, que é diferente de muitas das mudanças de uso da terra que dominaram a cena até agora no Brasil, particularmente na Amazônia. A soja é muito mais prejudicial ao meio ambiente que outras culturas porque ela justifica grandes projetos de infra-estrutura de transporte que iniciam uma cadeia de eventos conduzindo à destruição de habitats naturais em grandes áreas além do que é plantado diretamente com a soja. A capacidade de mercados globais para absorver produção adicional representa um limite provável à expansão da soja, embora um dia os muitos efeitos oposto aos interesses nacionais brasileiros podem levar o país a desencorajar esta cultura, ao invés de subsidiá-la. Estes efeitos incluem concentração severa de posse de terra e renda, expulsão de população para fronteira amazônica e áreas de garimpo (assim como para centros urbanos), e o custo de oportunidade devido ao dreno significativo de recursos governamentais. Os impactos múltiplos de expansão da soja sobre a biodiversidade e outras considerações levam às seguintes recomendações: 1) crie áreas protegidas com antecedência de fronteiras de soja, 2) encoraje eliminação dos muitos subsídios que fazem a expansão da soja acelerar além

do que aconteceria caso contrário de forças de mercado, 3) rapidamente leve a cabo estudos para avaliar os custos de impactos sociais e ambientais associados com expansão da soja, e 4) fortaleça o sistema regulador de impactos ambientais, inclusive mecanismos para compromissos de não implantar projetos de infra-estrutura específicos que são considerados como tendo impactos excessivos.

Bertha K. Becher

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Amazônia tem sido alvo de representações simplificadoras e conflitantes que dificultou o conhecimento objetivo do seu processo de ocupação e desenvolvimento. A percepção internacional dominante a encara como um espaço exótico e enfatiza os problemas derivados do desflorestamento para o clima e a biodiversidade mundial. Ao nível nacional e percebida como espaço potencialmente alternativo para a sociedade, e estratégico para o Estado. E a sociedade reivindica em múltiplos projetos, o seu direito à região.

Alguns pressupostos para a compreensão desses processos podem ser estabelecidos: 1) A Amazônia é parte integrante do Brasil e os problemas que apresenta são os de toda a sociedade brasileira, decorrentes das contradições intrínsecas à inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e às condições domésticas. 2) Isto não significa esquecer suas especificidades em termos tanto de condições sociais como naturais. 3) A geopolítica, historicamente sempre associada a interesses econômicos, é elemento essencial na formação do Brasil e tem ainda maior expressão na Amazônia onde as iniciativas econômicas foram freqüentemente inexpressivas ou mal sucedidas, resultando em amplo e poderoso controle territorial sem correspondente crescimento econômico e demográfico. 4) As políticas desenvolvimentistas estão intrinsecamente associadas às políticas territoriais e, a partir de 1970, tem provocado grandes impactos sociais e ambientais assim como mudanças estruturais significativas.

A política regional recente não foi linear e homogênea. Em face das condições internacionais e domésticas, para alcançar as metas do projeto de modernização nacional, o governo efetuou rápidas e sucessivas alterações em suas estratégias a saber: ocupação (1968-73) de exploração de recursos (74-85), ambiental (1990-96), de “desenvolvimento” (1996...).

A cada uma dessas fases a serem analisadas, correspondem impactos e mudanças estruturais diversos, redefinindo a sociedade e o território regionais presentes nos cenários de curto prazo do início do milênio.

Philippe Léna

IRD/LAGET/UFRJ

Os cenários para a Amazônia devem, doravante, ser pensados no âmbito da globalização.

Três macro-tendências estruturais estão na base da reformulação das políticas de desenvolvimento nos últimos anos:

- a globalização, nos seus aspectos de mobilidade de capitais, de extensão das redes de comunicação e transporte e de reformulação das ações do Estado.
- a crescente conscientização da gravidade dos problemas ambientais (em particular a perda de biodiversidade) e a conseqüente necessidade de preservar não tão somente recursos mas também habitats, isto é, ecossistemas.
- a afirmação dos direitos das minorias, como aplicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que concede domínio territorial e responsabilidade de gestão à organizações étnicas ou populares.

A conjunção dessas três dinâmicas gerou uma nova configuração do desenvolvimento, ainda pouco entendida nas suas conseqüências. Suas principais características sendo as seguintes:

- privilegia a dimensão local e comunitária, tida como a solução dos problemas sociais e ambientais

- favorece a afirmação de novos atores na arena do desenvolvimento (ONGs, associações de diversos tipos – OSCs)
- constrói mecanismos complexos de financiamento, envolvendo numerosas instituições
- atua através de extensas redes de apoio, com ramificações internacionais
- Essas características têm conseqüências importantes:
- as fronteiras entre o público e o privado tendem a ser redefinidas no decorrer do processo. O chamado Terceiro setor vem crescendo e adota objetivos e métodos dos outros setores (marketing, competição, substituição do setor público deficiente, etc.)
- os financiamentos são descentralizados, aplicados ao nível local, junto às populações interessadas
- para usufruir essas ajudas, além dos seus projetos ter que ser considerados “sustentáveis”, as populações precisam formar associações. Essas podem ser oportunistas ou formalizar práticas anteriores.

Os novos Projetos de desenvolvimento são portanto complexos e multidimensionais, na medida em que procuram integrar os vários tipos de sustentabilidade (econômica, social, ecológica e política) à questões identitárias e territoriais, isto através de extensas e complexas redes. Existe também uma grande diversidade de situações e as problemáticas devem ser diferenciadas. Este universo é ainda pouco conhecido, principalmente como fenômeno global.

Portanto, é de suma importância poder avaliar a capacidade dessas novas formas, nas suas diversas configurações, de freiar, parar ou até mesmo reverter a dinâmica de destruição dos ecossistemas amazônicos (o binômio colonização/pecuarização). Qual é seu peso face às grandes tendências atuais (políticas, demográficas, econômicas...)? O predomínio da escala local não poderia, ao contrário, facilitar o acesso às práticas predatórias para um maior número de pessoas? Quais seriam as condições que permitiriam manter uma orientação ecológica para as atividades rurais apesar das pressões em contrário?

Para abordar essas questões, a presente contribuição analisará a função social da colonização e o papel que desempenha o capital natural na “viabilização” dos assentamentos. O objetivo sendo de situar o papel da terra em relação a satisfação das necessidades básicas, e o papel dos bens gratuitos nesse processo. Em seguida, serão estudadas as dinâmicas em curso, em particular as mudanças de status e a crescente mobilidade das populações rurais que os projetos visam a “fixar”. A partir desses exemplos será desenvolvida uma reflexão sobre as chances de um controle das dinâmicas predatórias, e as medidas que poderiam ser implementadas para aumentar as chances de sucesso.

Ima C.G. Vieira
Rafael de Paiva Salomão

Museu Paraense Emílio Goeldi/Departamento de Botânica

**A FRONTEIRA AGRÍCOLA
E A AMEAÇA À BIODIVERSIDADE**

A mais antiga área de colonização agrícola da Amazônia brasileira é da região Bragantina, a nordeste do Pará. Originalmente coberta por floresta tropical densa em mais de 98% de sua área até o último quarto de anos do século XIX apresenta, nos dias de hoje, menos de 2% de florestas primárias esparsamente fragmentadas. A agricultura, a extração de madeira e a pecuária (numa menor escala) foram as atividades que mais diretamente ameaçaram a integridade da biodiversidade naqueles ecossistemas primários. Para avaliar as ameaças atuais e futuras à biodiversidade da Amazônia é fundamental uma compreensão das interações entre as atividades intrínsecas aos diferentes usos dos recursos naturais numa escala multitemporal. Como exemplo mais recente do dinamismo na modificação da paisagem natural na Amazônia oriental, torne-se o município de Paragominas que num curto espaço de menos de quarenta anos experimentou a extração de madeira, a agricultura itinerante, a pecuária e, mais recentemente, a cultura da soja que pretende-se seja aplicada em escala industrial. As conseqüências destes usos sobre a biodiversidade a geração de áreas degradadas é notável. Na seqüência floresta primária ® extração de madeira ® agricultura migratória (floresta secundária) ® pecuária ® plantação Industrial, a riqueza da biodiversidade decresce a taxas consideravelmente alarmantes, colocando seriamente em risco a perda de grande parte deste patrimônio natural, conforme demonstrado por várias pesquisas na região.

Nilma Bentes

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

Refletir sobre a Amazônia e desenvolvimento, nesses 500 anos de Brasil, não deve estar descasada, entre outros aspectos, não só da história da invasão portuguesa neste chão (com todo o eurocentrismo, imposto à armas de fogo e armas da fé); dos 388 anos de escravismo indígena-negro e suas conseqüências nas dificuldades de ações autônomas do povo brasileiro/amazônico hoje.

Assim, a abordagem da temática das desigualdades sócio-raciais, vem pelo viés dos movimentos sociais, que participam neste ano do movimento nacional: “Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” que tenta contrapor às visões triunfalistas desse marco histórico a visão dos ‘vencidos’ mas ‘não-derrotados’, no sentido de que perder batalhas objetivas e ideológicas, não significa perder as ‘guerras’. O ativismo faz com que não haja excesso de preocupação metodológica e compromisso acadêmico, até porque a transversalidade do viver impede a construção de ‘verdades únicas’ pois a realidade não é ‘coisa posta’ e se constrói no própria ato de viver.

O texto fala, implícita ou explicitamente, da subordinação histórica das elites dirigentes às ditames do capitalismo internacional, questiona , o ‘desenvolvimentismo’ (de que? de quem? par quem?) destacando fatos do período escravista, que, queiram ou não muitos estudiosos, por estar na base da construção do país e por ter sido tão longo (historicamente recente) influencia, de forma determinante as diversas formas de ‘ser brasileiro’ hoje, sobretudo, na ‘inanição política’ do

segmento negro (pretos e pardos) , que representa 44,2% da população brasileira e mais de 70,9% da população amazônica (norte).

Registra alguns fatos como: ‘isenção de impostos para o tráfico negreiro’; ‘cafuza liberta que, por dificuldades, se vendeu a si própria’; e ‘registros sinalizadores da essência elitista, e da ausência de consideração humanística ao negro, em algumas falas do mais ‘laureado’ abolicionista Joaquim Nabuco ’

Comentários sobre de como as sinergias da sobreposição das questões raça x classe (e gênero), têm prejudicado muito mais o segmento negro que outros, destacando o papel deletério das ideologias da ‘inferioridade racial’, ‘democracia racial’ e ‘embaquecimento’ na construção da cidadania não só do negro mas do brasileiro como um todo.

Registra e tece reduzidos comentários sobre alguns indicadores sócio-raciais de hoje e as ações ‘virtuais’ do Estado – federal, estadual (Pará) e municipal (Belém) –, ligadas a adoção de medidas voltadas a reduzir as desigualdades sócio-raciais reconhecidas.

Finaliza comentando sobre as articulações com setores do Estado e outros segmentos oprimidos e sobre a natureza otimista dos que lutam em causas como a do negro.

Edna Castro

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA

**TERRAS DE PRETO E QUILOMBOLAS:
MEMÓRIA E TERRITÓRIO**

Os traços da presença negra na Amazônia foram fincados na resistência à escravidão e nas práticas reinventadas em sua relação com o território, seus rios, lagos e igarapés. O quilombo é a concretização dessa rebeldia, a materialização da dinâmica social, do reconhecimento de territórios demarcados na dominação colonial, mas também pelo resguardo desses lugares de refúgio. As falas sobre fragmentos dessa história trazidas pelos velhos de “comunidades” de quilombolas, exprimem constrangimentos e os lugares escondidos no inconsciente. Mas o cotidiano é objeto de reinvenção, de recriação de referências, sociais e políticas, da experiência de um outro tempo coletivo. As lembranças do tempo coletivo, afirmam a vivência do presente pelo valores socialmente ressignificados no passado. Este artigo traz ao debate elementos emergentes sobre esse tempo na construção da sociedade da Amazônia contemporânea, por atores que se organizam e se exprimem através da afirmação reatualizada da memória coletiva.

Darrell Addison Posey

Oxford University

**PATRIMÔNIO GENÉTICO E PROPRIEDADE
INTELLECTUAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA**

No quinto centenário das “descobertas” (ou seja, “invasões” conforme seu ponto de vista) é interessante observar que a Amazônia ainda depende economicamente da exploração da mão de obra barata e seus recursos naturais para beneficiar países afluentes localizados em outros continentes. Os Estado continua promovendo políticas que dão livre acesso à flora, fauna, minérios e recursos hídricos, proporcionando, assim, a exploração desregulamentada destes. Enquanto isso, a cobiça internacional de novos produtos e material genético, componentes estes da biodiversidade, criou um surto da “garimpagem da biodiversidade”. Entre alguns dados freqüentemente citados que, por sua vez representam um potencial comercial enorme, são: US\$ 43 bilhões/ano de vendas de produtos farmacêuticos naturais; US\$ 50 bilhões em vendas anuais de sementes oriundas de variedades de plantios tradicionais – sem mencionar outros valores relevantes. A indústria não está apenas interessada em recursos genéticos, como também no conhecimento tradicional das comunidades locais referente à flora e fauna da região. Certas companhias, p.e., calculam que as despesas de pesquisa e desenvolvimento nesta área poderiam ser reduzidas em até 40% que – dado que o preço para desenvolver um novo remédio pode custar mais de US\$ 200 milhões – evidentemente representa uma economia considerável. Estes “recursos tradicionais” continuam nas mãos dos amazônidas (camponeses, caboclos, peões, colonos, caiçaras, etc.) que, por sua vez, foram desprezados pelas elites no percurso da história do Brasil. Em resumo,

estes povos “primitivos e atrasados” ainda são considerados empecilhos ao desenvolvimento. Munidos com tais pressupostos, o Estado – e até cientistas e ambientalistas – encontram justificativas para desapropriá-los de suas terras e recursos em nome do desenvolvimento, conservação, e progresso. Não é de se estranhar, então, porque os países da América Latina encontram dificuldades em resolver questões oriundas do debate global sobre a biodiversidade. Deste modo, como é que se contorna o quadro de 500 anos de políticas que sistematicamente objetivaram “pacificar” (leia-se: destruir) o meio ambiente e as comunidades tradicionais? Ou seja, como realizar isto em tempo ágil de proteger a flora, fauna e os povos que detêm os “segredos” desta fonte nova de riquezas nacionais? Assim, este trabalho avalia o papel dos povos tradicionais da Amazônia no futuro da região.

Lúcio Flávio Pinto

Jornal Pessoal e Agenda Amazônica

AMAZÔNIA: TEM FUTURO O FUTURO?

A história da ocupação da Amazônia a partir da década de 60, com as primeiras ligações terrestres ao território nacional abrindo a terra-firme da região à ocupação econômica, principalmente através da pecuária, é a história da destruição da floresta. Em nenhum outro avanço pioneiro sobre uma fronteira houve tão amplo e intenso desmatamento. A primeira conferência sobre meio ambiente, de 1972, em nada afetou essa ofensiva. O episódio da queimada da Volkswagen, em 1976, provocou a introdução do satélite no acompanhamento da destruição, mas ela se incrementou ainda mais, até os índices recordes de 1987. E todo o discurso sobre o desenvolvimento auto-sustentável não conseguiu impedir nova espiral de crescimento na década de 90. É possível reduzir essa fúria e colocar a ciência e a razão à frente do colono, para, ao menos, permitir a identificação do que se destrói? Este será o grande desafio dos próximos anos: ajustar a atividade produtiva colonizadora às condições amazônicas, de tal maneira que essa parte destacada do mundo tropical continue a ser amazônica, isto é, uma combinação de água e vegetação.

Roberto Araújo

Museu Paraense Emílio Goeldi
Departamento de Ciências Humanas

A noção de “comunidade” constituiu a base de alguns dos trabalhos pioneiros da sociologia regional, dentre os quais bastaria citar aqueles de Charles Wagley e Eduardo Galvão sobre o Baixo-Amazonas. A partir todavia dos anos 1960, o termo adquire outros significados sociais quando passa a ser empregado - sobretudo pela Igreja Católica - para dar contorno a uma nova pedagogia da ação missionária. Desde então, embora sem constituir uma divisão político-territorial (a exemplo dos distritos e municípios), a “Comunidade” conquistou um espaço definitivo nas negociações políticas visando a assegurar uma maior participação das populações locais no desenvolvimento da região. Seguindo assim o exemplo da militância eclesíastica dos anos 1970 e 1980, as ONGs também contribuem nos dias atuais a difundir amplamente o uso do termo («comunidades atingidas por barragens»; «projetos de desenvolvimento comunitário» etc.). Situações de crise (ameaças de despejo, de restrição das formas de uso dos recursos naturais etc.) reforçam uma transparência dos objetivos da «Comunidade» assim representada (ou seja, a unidade de mobilização política) com relação às demandas de «comunidades» locais. Independentemente porém das realidades locais, essa «Comunidade» emerge enquanto interlocutor antes de mais nada frente ao Estado e às ONGs no processo de desenvolvimento. Qual seria então sua verdadeira identidade sociológica? Tentaremos aqui recolher alguns indícios para uma resposta através das transformações do significado da noção de «comunidade» nos últimos 30 anos.

Louis Forline
Jorge Pozzobon

Universidade Federal do Pará
Museu Paraense Emílio Goeldi

O QUE SERÁ DOS “ÍNDIOS ISOLADOS”?

Estima-se que na Amazônia brasileira existem aproximadamente 50-60 grupos de índios isolados. Esta expressão elaborada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) designa uma categoria de indígenas com pouco ou nenhum contato com a sociedade envolvente. Esta abordagem não faz jus aos grupos que se caracterizam como “isolados”, pois muito destes representam grupos que por sua vez viviam em contato com outros grupos indígenas na época pré-Colombiana. Uma parte significativa destes povos formava um conjunto maior com outras comunidades indígenas, porém, muitos foram dizimados durante o contato interétnico. Os sobreviventes ou fugiram para áreas menos acessíveis ou foram subordinados ao Estado. Os que fugiram deste domínio foram obrigados a abandonar suas estratégias mistas de subsistência e rapidamente tiveram que se tornar nômades e se valer da caça e coleta para sobreviver; muito embora alguns grupos retivessem a agricultura.

Atualmente, a maioria destas comunidades encontra-se em contato intermitente com a sociedade maior. Enquanto as fronteiras da sociedade nacional avançam, o cerco se fecha e o contato torna-se inevitável. Esta interação, às vezes, é iniciada pelos próprios índios em busca de segurança, enquanto a FUNAI, por sua vez, procura atraí-los através do processo de “namoro”, processo este utilizado desde os tempos coloniais.

Quanto ao contato, há que se repensar numa abordagem que contemple uma segurança maior para os indígenas, visto que a maioria destas situações foi desastrosa para eles. Sugere-se, neste texto, algumas soluções para melhor abordá-los, quando o contato for inevitável. Por outro lado, propõe-se respeitar a situação de isolamento dos grupos, cuja segurança não esteja ameaçada. Propõe-se, então, que seja estabelecida uma nova política que crie melhores situações de vida para estes grupos.

Maria Célia Nunes Coelho

NUMA/NAEA-UFPA/CNPq

Considerando que a Amazônia permanece ainda uma economia fundada sobretudo na extração de recurso da natureza, o presente trabalho tem a pretensão de investigar as implicações do papel atribuído à mineração e à transformação mineral no processo de estruturação da economia amazônica e de transformação ambiental nas três últimas décadas. O debate sobre as experiências da mineração e suas implicações sócio-espaciais e na Amazônia Oriental tende a desvendar interesses distintos e conflitantes que dificultam o processo de gestão territorial e ambiental do desenvolvimento em áreas de extração e transformação mineral. No estudo do Projeto Grande Carajás, abordando as experiências dos últimos trinta anos de políticas públicas, indaga-se: Quais são as lições do passado e do presente? Que impactos as atividades mineradoras produziram ou ainda produzem nas comunidades regionais/locais e nos ecossistemas? Quais têm sido as estratégias territoriais e ambientais adotadas pelas empresas na região? Ao final, procura-se também indagar sobre as perspectivas de desenvolvimento futuro da região.

**REGIÃO DE CARAJÁS:
PASSADO E FUTURO**

Clemente Tembé

Liderança Tembé

O arco sul da Amazônia talvez represente sua área mais afetada pelo avanço da fronteira e a devastação do meio ambiente. As conseqüências deste avanço foram sentidos até antes pelos povos indígenas que ocuparam e continuam habitando esta região, principalmente aqueles que vivem em sua parte oriental. À medida que o cerco se fecha com grandes projetos, colônias agrícolas, madeireiros, garimpeiros, e invasões de terra, a vida e a cultura dos índios ficam comprometidas. Embora tenhamos tido avanços desde a abertura política e o estabelecimento de algumas políticas públicas que favoreçam os indígenas, argumenta-se que o governo, junto à sociedade civil, têm que tomar uma postura mais convicta e ativa na conjuntura de suas ações para implementar medidas concretas e conseqüentes. As políticas atuais estão muito desarticuladas, uma vez que o órgão tutelar responsável por assuntos indígenas (FUNAI) encontra-se refém do Estado. As parcerias com ONGs e outras instituições são interessantes para os índios mas há uma necessidade de estabelecer uma política única, coerente e firme para que os indígenas possam conduzir sua vida com segurança e autonomia. Propomos aqui algumas medidas para que se possa realizar uma auto-gestão indígena intacta.

Denny Moore

Museu Paraense Emílio Goeldi/Linguística

Em um artigo de 1992, o linguista Michael Krauss estimou que, no século 21, se medidas não fossem tomadas, 5% dos espécies de aves, 10% dos espécies de mamíferos e 90% das línguas do mundo poderiam extinguir-se. Segundo os autores deste artigo, se os biólogos se esforçam para a preservação dos espécies de aves e mamíferos, os linguistas devem fazer o mesmo. Nos anos seguintes houve um movimento mundial a favor da documentação de línguas em perigo de extinção e de medidas para a sua revitalização.

Porém, até agora, este movimento tem pouca expressão no Brasil. No país, como em todas as outras regiões do mundo, a situação é crítica. Das aproximadamente 170 línguas indígenas brasileiras, talvez 41 tenham menos de 50 falantes e muitas destas têm menos de 20 falantes, sem falantes jovens e sem estudos.

A preservação da diversidade linguística é importante para a ciência. Por exemplo, a única língua conhecida que exibe a propriedade fonológica de aspiração intrínseca, o Baré, perdeu o seu último falante no Brasil há sete anos. Dados linguísticos podem resolver questões de pré-história, por exemplo, migrações, o conteúdo de proto-culturas e rotas de difusão. Porém, a razão principal para preservar línguas indígenas é o bem-estar dos falantes, uma vez que a língua é essencial para a integridade cultural, a identidade e a transmissão do conhecimento tradicional.

É difícil prever o futuro das línguas amazônicas sem ter um novo levantamento da sua situação. Nos levantamentos existentes, houve confusão entre população e número de falantes, como também confusão entre línguas, dialetos e nomes de grupos. Conhecimento das técnicas de revitalização de línguas não é muito difundido no Brasil. Há vários programas de alfabetização bilingüe no país. Todavia, as ortografias freqüentemente apresentam defeitos e os resultados são duvidosos. Conseqüentemente o potencial destes programas de contribuir para a preservação das línguas é questionável.

Nigel Smith

Universidade da Flórida/Departamento de Geografia

**BIODIVERSIDADE E O FUTURO
DE AGRICULTURA NA AMAZÔNIA**

A conservação e aproveitamento de biodiversidade é fundamental para o futuro de agricultura, tanto na Amazônia como em qualquer outra parte do mundo onde existe o cultivo de plantas para gerar renda e fornecer comida. Sem um estoque de genes disponível, vai ser difícil aumentar a produtividade das culturas, e sem florestas e outros “hábitats” não cultivadas, vai ser impossível domesticar novas culturas. Este paper faz uma breve revisão da história agrícola da Amazônia para melhorar entender a importância do intercâmbio do germoplasma (material genético) para o desenvolvimento agrícola da região. A relevância da conservação do meio ambiente e a importância do conhecimento indígena é destacado para subsidiar uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente mas também lucrativa.